

O IMPACTO DA POLÍTICA DE PUBLICAÇÕES DE ACESSO ABERTO SOBRE O SISTEMA CIENTÍFICO ARGENTINO

A publicação de revistas científicas tem se concentrado em poucos provedores particulares: Elsevier, Taylor & Francis, Wiley Blackwell e Springer. Juntam-se a estes as sociedades eruditas ou “learned societies”: a *Royal Society of Chemistry*, a *American Chemical Society* ou a *American Association for the Advancement of Science*, que publicam revistas de grande prestígio.

Muitas revistas têm publicações eletrônicas e as versões impressas estão ficando obsoletas. Na forma tradicional, o acesso à literatura científica é feito através de assinaturas; com o advento das publicações eletrônicas, uma alternativa para a região foi a criação de Bibliotecas Eletrônicas Centralizadas (BEC). Para incluir títulos nelas são negociadas as assinaturas com as editoras mais importantes. As BEC podem estar disponíveis para os pesquisadores através de nós por meio dos principais centros de cada país. No caso argentino, o valor da assinatura anual supera vinte e dois milhões de dólares americanos. As editoras são criticadas por concentrar margens de lucro desproporcionalmente elevados, pelo simples fato de publicar -e apropriar-se- de resultados de pesquisadores muitas vezes subsidiados com recursos públicos.

Este modo de negócio editorial permite, com frequência, publicar trabalhos sem necessidade de pagar taxas, embora, é claro, existem muitas variações dentro deste esquema.

Um dos grandes defeitos desse modelo de negócio é que a propriedade do artigo passa a ser da editora. O próprio autor, se deseja utilizar novamente o seu trabalho, deve solicitar autorização ao detentor do *copyright* (a editora). Inclusive se quiser lê-lo, deverá pagar o custo da assinatura. Os órgãos financiadores das pesquisas perdem o controle do produto.

As regras do negócio editorial científico vêm mudando há alguns anos. Formas variadas de negócio vêm ganhando força, elas constituem o pacote do que vem sendo chamado como “acesso aberto”.

Dentro do acesso aberto, existem diversas formas de liberar conteúdos. Talvez a mais aberta seja a *Creative Commons Attribution (CC BY) License*, que permite a reutilização dos artigos de forma irrestrita, com o único compromisso do reconhecimento explícito do autor e da fonte.

Também existem variadas formas de financiar as publicações de acesso aberto. É particularmente importante

aquela que estabelece taxas de publicação (inclusive taxas de apresentação –*submission*– mesmo sendo para artigos não aceitos). Têm diversas possibilidades de organizações que financiem essas taxas, todavia o mais comum é que sem pagamento não há publicação, a não ser em alguns casos de pesquisadores em países muito pouco desenvolvidos. Assim, o pagamento da taxa deve ser contabilizado nos orçamentos dos projetos de pesquisa.

Para ter uma ideia dos valores dos quais estamos falando, a *Public Library of Science* (PLOS), editora de acesso aberto focada especialmente em pesquisas biomédicas, cobra taxas (*article processing charges*, APC) que são, em quase todas suas revistas, superiores a USD 2.000 por artigo. Outra editora importante, a Hindawi, cobra APC que variam muito, entre USD 600 e USD 2.400. É possível comparar os custos da assinatura da BEC com os custos dos APC referentes a trabalhos produzidos em um determinado país; o resultado parece ser um aumento significativo nos custos ao migrar para o sistema de acesso aberto.

Claro que é possível visualizar todo tipo de situações intermediárias, também com custos intermediários. No entanto, a conclusão clara é que a tendência para a publicação no sistema de acesso aberto apresenta desafios que devem ser discutidos e resolvidos antecipadamente.

Uma característica adicional que está revolucionando o mundo das publicações científicas refere-se às formas de divulgar e de atingir rápida e efetivamente um grande número de leitores. As publicações online, junto ao uso das redes sociais para difusão de notícias, geram uma situação totalmente diferente da que existia há algumas décadas.

Na região é urgente ponderar sobre a melhor estratégia para enfrentar esta crise/opportunidade. É possível juntar o tema com a revisão das políticas de apoio ao desenvolvimento editorial científico. Visualiza-se a possibilidade de gerar meios de comunicação científica eficientes, que cheguem a todo o mundo, e que possam ser considerados como uma opção pelos pesquisadores regionais na hora de escolher onde publicar seus resultados.

MIGUEL BLESÁ
Ex-presidente Associação Interciência